



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 670347 - SP (2021/0166831-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EVANDRO APARECIDO PAIAO DE SOUZA E OUTRO
ADVOGADOS : EVANDRO APARECIDO PAIAO DE SOUZA - SP322765
VANESSA NUNES MACIEL - SP371160
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDREIA CRISTINA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDREIA CRISTINA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0007039-87.2012.8.26.0047).

A paciente foi condenada às penas de 2 anos, 7 meses e 21 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 66 dias-multa pela prática do crime descrito no art. 168, § 1º, inciso III, por quatro vezes, na forma do art. 71, ambos do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que, "muito embora o texto legal permita a fixação de regime diverso daquele estipulado pela lei, é evidente, no caso, a desproporcionalidade entre a pena aplicada a paciente e o regime inicial fixado para seu cumprimento" (fls. 8-9).

Alegam, ainda, que "o fato de a condenada ser reincidente não deve automaticamente implicar a imposição de regime fechado" (fl. 7).

Requerem, liminarmente e no mérito, a alteração do regime inicial fechado para o regime aberto ou, subsidiariamente, para o semiaberto, bem como a expedição do contramandado de prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O acórdão recorrido está devidamente fundamentado quanto à fixação do regime inicial fechado. É o que se extrai do seguinte trecho (fl. 30):

Foi fixado o regime fechado para cumprimento da reprimenda imposta

que assim fica mantido face o Princípio da Suficiência Penal, eis que a apelante demonstrou ter personalidade mal formada, voltada à prática de crimes contra o patrimônio, sendo reincidente, tendo condenação anterior pela prática de delito idêntico, o que faz merecer maior reprovabilidade de sua conduta e uma terapêutica penal mais rigorosa.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente